ANAIS DO
V ENCONTRO DE
PESQUISA JURÍDICA
O DIÁLOGO ENTRE A SOCIEDADE,
O ESTADO E A CONSTITUIÇÃO –
SÉRIE ESPECIAL:
O DIREITO E AS NOVAS TECNOVOLOGIAS
Anhanguera

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E RESPONSABILIDADE JURÍDICA

Autor(res)

Alan Dos Santos Viana
Vamberth Soares De Sousa Lima
Habib Ribeiro David
Kannandha Nunes Costa
Eduardo Augusto Gonçalves Dahas

Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

Instituição

FACULDADE ANHANGUERA DE RIBEIRÃO DAS NEVES

Introdução

A crescente adoção da inteligência artificial (IA) em diversas áreas da sociedade tem transformado significativamente a forma como vivemos, trabalhamos e tomamos decisões. No entanto, esse avanço tecnológico levanta importantes e complexas questões sobre a responsabilidade jurídica. À medida que sistemas autônomos passam a tomar decisões com impacto direto na vida das pessoas como em diagnósticos médicos, decisões judiciais, operações financeiras e controle de veículos. torna-se essencial discutir os limites legais, a atribuição de responsabilidades e a urgente necessidade de regulamentações eficazes que garantam segurança, transparência e justiça no uso da IA.

Objetivo

O objetivo desta pesquisa é analisar os desafios jurídicos relacionados à responsabilidade civil e penal decorrente do uso da inteligência artificial, identificando lacunas na legislação atual e propondo caminhos para a construção de um marco regulatório que assegure a responsabilização adequada dos agentes envolvidos.

Material e Métodos

A pesquisa aborda a ausência de uma legislação específica no Brasil sobre inteligência artificial (IA) e a forma como o direito atual, ainda impreciso, lida com os desafios impostos pelo uso dessa tecnologia. A análise inclui o estudo das normas gerais, como a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), e a aplicação dos princípios do Código Civil e do Código de Defesa do Consumidor a casos envolvendo IA, além de um levantamento sobre decisões jurisprudenciais relacionadas a falhas ou responsabilidades de sistemas automatizados.

Resultados e Discussão

Os resultados indicam que, embora a inteligência artificial esteja cada vez mais presente nas relações sociais e comerciais, o ordenamento jurídico brasileiro ainda carece de normas específicas que regulem sua aplicação e atribuam responsabilidade de forma clara. A análise das legislações existentes revela que dispositivos como a

LGPD, o Código Civil e o CDC são utilizados de forma subsidiária, o que gera insegurança jurídica. A jurisprudência ainda é limitada e trata casos de forma pontual, sem uniformidade. Isso evidencia a urgência na criação de um marco regulatório específico, capaz de garantir a proteção de direitos e a responsabilização adequada frente a danos causados por sistemas de IA.

Conclusão

Diante da ausência de regulamentação específica no Brasil, a aplicação da inteligência artificial levanta desafios jurídicos significativos. A pesquisa evidenciou a necessidade de um marco legal claro que assegure a responsabilização adequada, proteja os direitos dos cidadãos e acompanhe a evolução tecnológica de forma ética e segura.

Referências

https://www.conjur.com.br/2025-mar-05/perspectivas-sobre-a-responsabilidade-civil-do-fornecedor-de-sistema-de-ia/

https://www.gov.br/cultura/pt-br/assuntos/noticias/senado-federal-aprova-marco-regulatorio-da-inteligencia-artificial

https://periodicos.fgv.br/rda/article/view/91698